



CENÁRIO POLÍTICO PARA O COOPERATIVISMO BRASILEIRO

BOLETIM ESPECIAL **PARTE 3**



SistemaOCB

 **BMJ**
CONSULTORES ASSOCIADOS

Apresentação



Esta é a terceira e última parte do nosso Boletim Especial do Cenário Político para o Cooperativismo Brasileiro, construído em conjunto com a BMJ Consultores Associados. Desta vez, focaremos nos principais temas estruturantes e marcos setoriais em discussão no âmbito do Congresso Nacional. Além disso, trataremos das proposições prioritárias para o setor cooperativista em 2022 e como o Sistema OCB está atuando para acelerar sua tramitação.

O cenário de mudanças nas presidências das comissões, das indicações das lideranças partidárias e a representação política da Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop) também são debatidas nesta edição. Caso ainda não tenha tido a oportunidade de ler as partes anteriores do nosso boletim, compartilhamos aqui os links da [Parte 1](#) e da [Parte 2](#).

Assim, finalizamos nossa análise sobre as principais tendências do cenário político e institucional para este ano. No horizonte, um cenário com desafios externos bastante complexos e uma janela de decisões reduzida e muito movimentada. Tendo este cenário como perspectiva, a missão do Sistema OCB será de aproveitar ao máximo as oportunidades para o avanço do marco regulatório do cooperativismo e para o fortalecimento da representação política do setor.

**DESEJAMOS A TODOS
UMA ÓTIMA LEITURA!**

Aspectos gerais

Janela partidária e a dança das cadeiras

Esta semana é marcada pela abertura da janela partidária, na qual há a permissão para que deputados mudem de legenda sem incorrer em sanções aos seus mandatos.

Com isso, os partidos já iniciaram uma forte disputa para a atração de novos nomes, com o objetivo de fortalecerem sua estrutura e poder de coesão e influência no Congresso.

Além disso, o cálculo dos parlamentares e das legendas visa, de forma mais estratégica o pleito eleitoral. Para deputados e senadores, alguns aspectos como a viabilidade da sua própria candidatura, o acesso a recursos de campanha e a posição estratégica da sua legenda em nível nacional, chamam maior atenção na sua escolha final.

Para os partidos, garantir em seu quadro nomes de parlamentares influentes é estratégico, uma vez que a divisão dos recursos do Fundo Eleitoral e do Fundo Partidário é feita, principalmente, de acordo com o tamanho das bancadas eleitas na Câmara e no Senado.

MAIORES PARTIDOS NA CÂMARA

	Partido	Deputados
1º	União Brasil	81
2º	PT	53
3º	PL	43
4º	PP	42
5º	PSD	36
6º	MDB	34
7º	Republicanos	31
8º	PSB	30
9º	PSDB	30
10º	PDT	25



Hoje, a Câmara dos Deputados possui a representatividade de 23 partidos. No entanto, grande parte das cadeiras está distribuída entre as dez maiores legendas.

ATUALMENTE, OS DEZ MAIORES PARTIDOS NA CÂMARA REPRESENTAM 80,9% DAS CADEIRAS DA CASA.

Com relação ao União Brasil, fruto da fusão entre o PSL e o Democratas, hoje o maior partido na Casa, a perspectiva para a janela partidária é de redução de seu número de deputados, com a transferência de deputados alinhados ao presidente Jair Bolsonaro para o PL e de outros quadros para o PP. No entanto, a tendência é que a sigla continue como maior ou uma das maiores bancadas da Câmara.

Já o PT possui expectativa de manter ou até ampliar o número atual de quadros. Atualmente, há ainda uma indefinição quanto à possibilidade de formação de uma federação partidária com o PSB



NÃO SABE O QUE É UMA FEDERAÇÃO?

Acesse aqui a [Parte 2](#) do nosso Boletim Especial.

Outros partidos, como o PSD, o MDB e o PSDB atuam para aumentar o número de deputados.

MAIORES PARTIDOS NO SENADO

	Partido	Senadores
1º	MDB	16
2º	PSD	11
3º	Podemos	9
4º	PP	7
5º	PT	7
6º	União Brasil	7
7º	PSDB	6
8º	PL	6

O Senado Federal conta, hoje, com a representatividade de 14 partidos. O cenário dos maiores partidos é diferente da Câmara, porém, a lógica de concentração do quadro de parlamentares em algumas legendas se mantém.

NO SENADO, AS OITO MAIORES LEGENDAS REPRESENTAM 82,7% DOS PARLAMENTARES.

As atividades das Comissões na Câmara e no Senado

No que tange às comissões temáticas, a Câmara e o Senado funcionam de modos diferentes. Enquanto o Senado elege os presidentes das comissões a cada dois anos, na Câmara essa escolha é feita anualmente. Desta forma, o Senado já possui suas instâncias em funcionamento, enquanto a Câmara mantém atualmente apenas o Plenário e suas comissões especiais, que são formadas por designação da Mesa Diretora.

A agenda na Câmara dos Deputados no início do ano deve ser pautada pelas articulações para as **eleições das mesas diretoras das Comissões**. Espera-se que esse processo seja finalizado após o final da janela partidária (início de abril), de modo a acomodar o **rearranjo de forças entre os partidos na Casa**.

Vale lembrar que a quantidade de membros de cada partido nas comissões é proporcional ao tamanho de sua bancada. Portanto, o período de janela partidária poderá influenciar no número de representantes de cada partido nas comissões.

PLENÁRIO DA CÂMARA CENTRALIZA OS DEBATES LEGISLATIVOS ATÉ A INSTALAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES NA CASA, EM MEADOS DE ABRIL.

Parlamentares de ambas as casas irão trabalhar em semanas de **esforço concentrado** durante a maior parte do ano devido às eleições, permitindo maior flexibilidade para que conduzam suas campanhas. Entre agosto e outubro, de acordo com projeções da BMJ, é esperado que o número de sessões no Congresso caia pela metade. Já em novembro, os parlamentares retomam às atividades regulares e devem possuir maior liberdade em deliberar sobre temas mais sensíveis e polêmicos até o final da Legislatura.

Frencoop

Contando com 267 deputados e 37 senadores, com representatividade de todos os estados do país, a Frencoop hoje é **uma das frentes parlamentares com maior número de integrantes no Congresso Nacional**. Até mais importante do que a questão numérica, a influência da Frente está amplamente relacionada com o apoio da OCB, em quatro eixos:

- 
- 1 Escolha de diretrizes e prioridades;
 - 2 Mobilização conjunta em momentos-chave;
 - 3 Expertise técnica em posicionamentos e estudos de impacto; e
 - 4 Interlocução com o movimento cooperativista na base.



Estudo do Sistema OCB mensurou uma porcentagem de eficiência da defesa de pleitos cooperativistas acima de 90% nas votações entre 2020 e 2021. Do ponto de vista político e institucional, dois fatores têm sido preponderantes para uma grande influência da bancada cooperativista no Congresso: a) **a posição estratégica da OCB e da Frecoop** no diálogo com o Poder Executivo; e b) **o peso político dos deputados e senadores da Frecoop** em suas respectivas lideranças partidárias.

Cabe lembrar, também, da **grande intersecção entre os membros da Frecoop e da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA)**. Muitos dos seus integrantes mais ativos atuam de forma síncrona e alinhada nas duas bancadas.

POSIÇÃO ESTRATÉGICA E PESO POLÍTICO FAZEM DA FRECOOP UMA DAS BANCADAS MAIS INFLUENTES DO CONGRESSO NACIONAL.

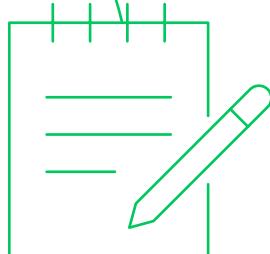
Agendas de decisões

Reformas estruturantes:

Propostas relacionadas à Reforma Tributária tendem a ser abordadas na primeira metade do ano e devem se concentrar no Senado Federal. O projeto mais robusto nesse sentido é a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 110/2019, que propõe a substituição do IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS por dois tributos sobre valor agregado (IVA), um federal, a CBS, e um subnacional, o IBS. A medida se encontra na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O governo tem ressalvas à PEC, que também enfrenta resistência de grandes municípios que temem perda de arrecadação.

Apesar das diferentes propostas na mesa e da grande pressão sobre o tema na CCJ, ainda é difícil saber se o debate em torno da Reforma Tributária amadureceu suficientemente para ser aprovado de forma definitiva neste ano. A costura de um acordo para assegurar a aprovação da matéria no Senado em 2022, com a participação ativa dos presidentes da Câmara e do Senado, ainda inspira atenção. É esperado que avanços pontuais na tramitação da proposta ocorram de modo a manter o debate aberto durante as eleições.

JANELA REDUZIDA E PAUTA CHEIA PODEM DIFICULTAR O AVANÇO DE REFORMAS ESTRUTURANTES. PRESSÃO PARA AVANÇO DA REFORMA TRIBUTÁRIA NO SENADO DESPERTA ATENÇÃO.



Já a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020 da Reforma Administrativa, deve encontrar mais dificuldade para avançar em 2022. A matéria foi apresentada em setembro de 2020 e aprovada em comissão especial com diversas mudanças. O substitutivo aprovado manteve a estabilidade dos servidores, um dos pontos mais sensíveis do debate, ainda que com a possibilidade de demissão por desempenho insuficiente, e estipula corte de salário em até 25% em caso de crise fiscal. Os pontos não foram suficientes para agradar as diversas partes interessadas na matéria, sobretudo os sindicatos do serviço público.

A matéria ainda precisa ser analisada pelo Plenário da Câmara e enfrenta resistência tanto da oposição quanto da base governista. Considerando o ano eleitoral e as tensões entre Executivo e servidores públicos, logo no início de 2021, é pouco provável que o Congresso aposte em uma matéria tão complexa, sensível e que implique em ampla exposição na mídia e em seus redutos eleitorais durante este ano.

Temas com alto impacto para diversos setores da economia

A diminuição do custo Brasil, o acesso ao crédito, a digitalização e desburocratização de processos administrativos e a busca da melhoria do ambiente de negócios são premissas comuns e convergentes a praticamente todos os elos da cadeia produtiva.

Em 2022, apesar da janela de votações legislativas ser bastante reduzida e concorrida, por conta das eleições, há expectativa de que alguns destes temas possam ser concluídos já nos primeiros meses do ano. Neste quesito, levar vantagem aquelas propostas que já tenham um debate madurecido entre o governo e as partes interessadas, aquelas matérias que não tenham impacto financeiro e orçamentário e, sobretudo, aqueles temas que se destaquem como alternativa para a recondução da economia, geração de investimentos, combate à inflação e melhoria nos índices de emprego e de renda para as pessoas.



INFLAÇÃO E CENÁRIO POLÍTICO INTERNACIONAL DEVEM ALAVANCAR A VOTAÇÃO DE PROPOSTAS DE CONTROLE DOS PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS.

Como prioridade zero, o Governo Federal deve continuar empenhado em tratativas no Congresso para diminuir o preço dos combustíveis. Com intuito de evitar a insatisfação popular sobre os preços às vésperas das eleições, e com a imprevisibilidade do cenário internacional, o tema também tende a ser prioridade dos parlamentares. Apesar disso, há pouca margem para negociar reajustes, sendo descartada pelo Executivo a possibilidade de intervenção na política de preços adotada pela Petrobras.

Logo em seguida, ganham destaque as propostas que buscam gerar um efeito multiplicador na economia, tais quais aquelas que promovam a facilitação do acesso ao crédito e dos investimentos privados para pequenos negócios e para o setor produtivo, bem como aquelas que diminuem os custos burocráticos, de logística e infraestrutura do país. Por fim, há que se destacar, também, o avanço de propostas que caminhem com o desenvolvimento sustentável e com a inovação, tendências que não devem sair do centro da agenda nos próximos anos.

Prioridades do cooperativismo brasileiro

Apesar da janela de votações reduzida e da pauta bastante concorrida, ainda assim, há boas perspectivas para o avanço do marco regulatório do cooperativismo no Congresso Nacional. As maiores fichas estão no Senado Federal, com grande expectativa para a votação do **PLP 27/2020, que atualiza a legislação do cooperativismo de crédito (LC 130/2009), e do PL 8824/2017, que preve a prestação de serviços de telecomunicação por cooperativas.**

É no Senado Federal, também, onde todas as atenções do setor cooperativista estão voltadas para a inclusão de emenda que moderniza a previsão constitucional do adequado tratamento tributário ao ato cooperativo, no âmbito da Reforma Tributária. Outras medidas que podem avançar no Senado ao longo do ano são o PL 2.159/2021 (licenciamento ambiental) e o PL 1.293/2021 (autocontrole da cadeia agroindustrial).

ATO COOPERATIVO NA REFORMA TRIBUTÁRIA, COOPERATIVAS DE TELECOM E MODERNIZAÇÃO DA LEI DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO ESTÃO ENTRE OS DESTAQUES DA AGENDA DO COOPERATIVISMO PARA 2022.

Na Câmara dos Deputados as perspectivas estão na tramitação do **PLP 519/2018, que regulamenta e amplia a atuação das cooperativas de seguros no país.** O setor cooperativista tem avançado no debate com a equipe econômica do governo para que também seja apresentada uma nova proposta legislativa que institua o modelo de reorganização cooperativa, que pretende atender o setor em eventuais situações de dificuldades financeiras.

Em termos de políticas públicas, a maior preocupação se encontra no cenário da **política de acesso ao crédito rural e de investimentos privados ao setor produtivo**, dados os reflexos do déficit orçamentário, aumento da Taxa Selic e imprevisibilidade do cenário internacional. O panorama atual tem levado o Sistema OCB a atuar junto ao Congresso e ao Poder Executivo na busca de medidas tempestivas relacionadas a linhas de crédito equalizadas e a uma política de seguro rural mais robusta.



Ato Cooperativo na Reforma Tributária (PEC 110/19):

Com relação às proposições em curso no âmbito da Reforma Tributária, o Sistema OCB defende uma reforma desburocratizante e que simplifique o ambiente de negócios brasileiro. E, como forma de dar segurança jurídica para o pleno desenvolvimento das cooperativas, acredita ser de suma importância incluir na PEC 110/19 a Emenda 8, de autoria do senador Luis Carlos Heinze, vice-presidente da Frecoop no Senado Federal. O objetivo do dispositivo é disciplinar a aplicação do ato cooperativo, em consonância com a vontade do legislador originário, evitando judicializações decorrentes da falta de consenso ao redor do tema.

O parecer do senador Roberto Rocha, relator da proposta na Comissão de Constituição e Justiça, apresentado no dia 23/02, manifestou-se pela rejeição da Emenda nº 8. O Sistema OCB segue atuando com os senadores da Frecoop e da CCJ para que a emenda que define as balizas do ato cooperativo seja incluída no relatório que deverá ser votado ainda no mês de março. Lembramos que a **CCJ é o primeiro foro de discussão da PEC 110/2019**, que posteriormente deverá tramitar obrigatoriamente pelos plenários do Senado e da Câmara em 2 turnos.



Atualização da LC 130/2009 (PLP 27/2020):

O PLP 27/2020 tem como objetivo promover o aprimoramento da Lei Complementar 130, de 2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). Em termos objetivos, busca-se modernizar os mecanismos de acesso ao crédito, possibilitar maior alavancagem nas operações e aprimorar as práticas de gestão e governança de cooperativas.

Apresentada oficialmente pelo deputado Arnaldo Jardim (SP), coordenador do Ramo Crédito da Frecoop, a proposição foi construída em conjunto com o Banco Central do Brasil, Sistema OCB e cooperativas de crédito. Em 2021, após intensa atuação da equipe da OCB e da bancada cooperativista na Câmara, o relatório do deputado Euair de Melo (ES), presidente da Frecoop, ao PLP 27/2020 foi aprovado por unanimidade pelo Plenário, em dezembro.

Atualmente, a proposição tramita no Senado, já havendo um plano de ação desenvolvido pelo Sistema OCB com o BCB para acelerar a **aprovação integral do texto na Casa Revisora**, para que possa ser enviado direto à sanção.



Reorganização de cooperativas:

A Constituição determina que a lei “apoiará e estimulará o cooperativismo”. Em cenários de crise, no entanto, as cooperativas não dispõem de regulamento que, a um só tempo, lhes permita superar a instabilidade e preservar as características do cooperativismo. Tal situação nos coloca em situação de desvantagem frente aos modelos societários empresariais, além de deixar tais sociedades desprotegidas, tendo em vista que não se sujeitam aos procedimentos de recuperação empresarial previstos na Lei 11.101/2005.

Nesse contexto, a OCB, mediante trabalho conjunto de assessores jurídicos da entidade e de diversas Unidades Estaduais, além do apoio de consultoria especializada, construiu uma proposta legislativa voltada ao atendimento de tal diretriz, a qual foi submetida a validação de todos os ramos do cooperativismo e encontra-se **em fase de apresentação e tratativas com o Ministério de Economia e demais órgãos estatais que têm relação com o tema.**

Atualmente, estamos realizando uma série de reuniões com o Ministério da Economia para pactuar o texto do anteprojeto de lei, visando facilitar a tramitação da proposição quando esta for apresentada ao Congresso Nacional.



Segurança jurídica para que cooperativas ofertem serviços de seguros:

Em nível global, a presença das cooperativas no mercado de seguros é significativa: são 5,1 mil cooperativas, presentes em 77 países, com mais de 900 milhões de segurados atendidos, USD 8,9 trilhões em ativos totais e representando 27% do mercado mundial. O Sistema OCB defende a ampliação das possibilidades, legais e regulatórias, da participação do cooperativismo no setor securitário nacional, como um novo modelo de negócios, que poderá ser protagonista em políticas de acesso a produtos e serviços locais a preços mais competitivos.

No Brasil, as cooperativas têm restrições para atuação com seguros, de acordo com o Decreto-Lei 73/1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados e regula as operações de seguros e resseguros. Para resolver este entrave, **o Sistema OCB tem realizado diversas reuniões com a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia**, visando pactuar uma proposta de proposição legislativa que atenda ao setor cooperativista e possua consenso junto ao Poder Executivo. Após grande avanço nos debates em 2021, a proposta já se encontra com o escopo final finalizado e está em processo de trâmite no Poder Executivo, devendo ser apresentada em breve ao Congresso Nacional.

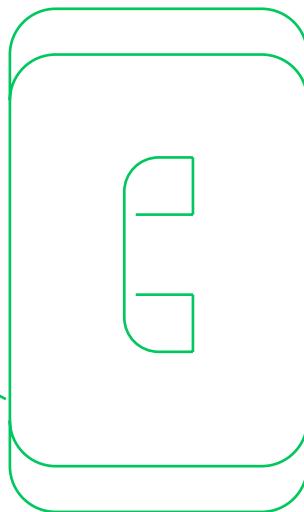


Telecomunicações por cooperativas (PL 8.824/2017):

O PL 8.824/17, de autoria do presidente da Frecoop, deputado Euair de Melo (ES), pacifica o entendimento quanto à possibilidade das sociedades cooperativas prestarem os serviços de telefonia móvel e banda larga fixa ou móvel no país. Após forte atuação do Sistema OCB, o PL 8.824/17 foi aprovado nas comissões pelas quais passou sem necessidade de análise pelo plenário da Câmara, sendo enviado para o Senado Federal em agosto de 2021.

É importante ressaltar o trabalho dos deputados Heitor Schuch (RS), Zé Vitor (MG) e Pedro Lupion (PR), todos integrantes da Diretoria da Frecoop, que relataram o projeto nas comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP); Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), respectivamente.

Em 2022, utilizaremos os canais de interlocução que o Sistema OCB dispõe, como a Frecoop, a Câmara do Agro 4.0 e o Instituto Pensar Agro, com o objetivo de **avançar com a tramitação da matéria no Senado Federal, levando o projeto à sanção ainda neste ano.**



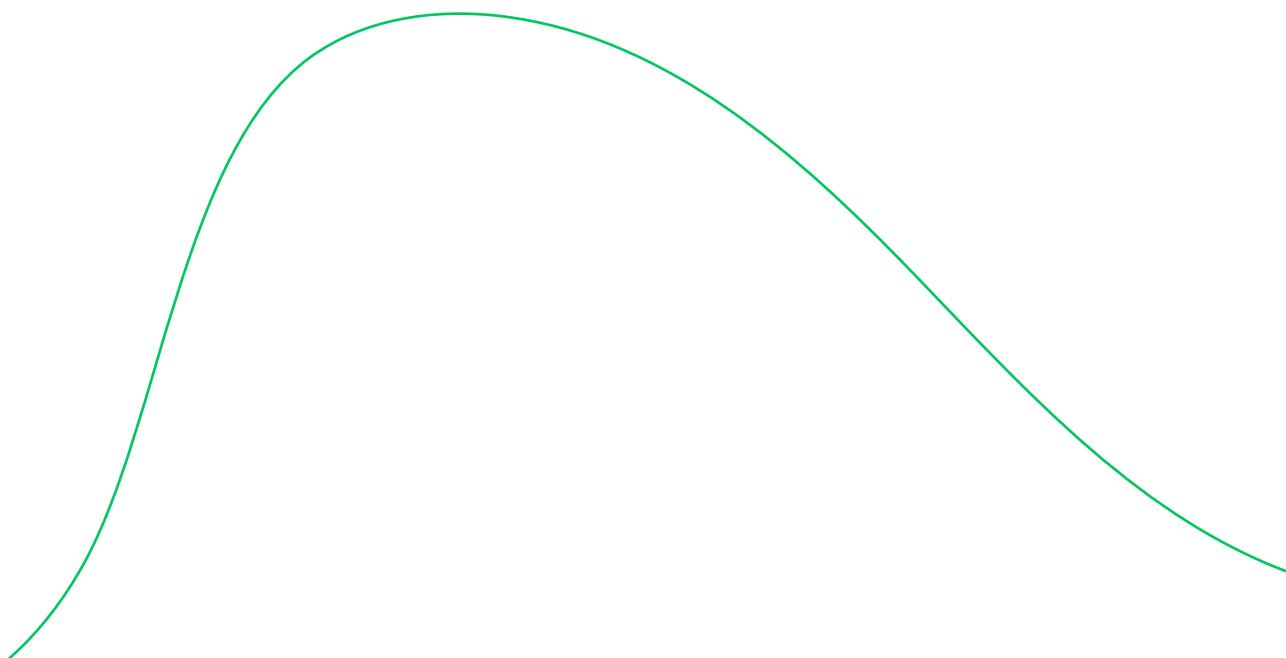


Crédito rural:

O acesso ao crédito é um importante instrumento para impulsionar o crescimento do setor econômico, além de promover o fortalecimento das políticas sociais do país, visto o seu impacto direto na redução do desemprego e no aprimoramento da qualificação profissional.

Nesse contexto, as cooperativas agropecuárias têm consolidado, ano após ano, sua relevância para a produção nacional, graças ao modelo societário diferenciado que possibilita, principalmente, que pequenos e médios produtores rurais tenham acesso à insumos tecnologicamente avançados, uma rede de assistência técnica eficiente e personalizada e vias de agregação de valor e escoamento da produção que permitem que esses cooperados tenham escala e competitividade nos diferentes mercados.

Nos últimos meses, o Sistema OCB não tem medido esforços na **interlocução permanente com o Poder Executivo, Frecoop e FPA** visando a resolução das dificuldades vivenciadas pelos produtores em relação à política agrícola, com foco no destrauamento de recursos para o Plano Safra 2022/2023, bem como o apoio às cadeias produtivas impactadas pela estiagem.





Sistema**OCB**

